

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.466 - MS (2018/0247783-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : LUIZ FERNANDO DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que LUIZ FERNANDO DE SOUZA foi denunciado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (roubo majorado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo), e absolvido por falta de provas, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, conforme a sentença de fls. 380/384.

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação pretendendo a condenação do acusado (fls. 406/415).

O Tribunal estadual deu provimento ao apelo para condenar o apelado pelos fatos descritos na denúncia. O acórdão restou assim ementado (fl. 487):

APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES E USO DE ARMA – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – RECURSO MINISTERIAL VISANDO A CONDENAÇÃO DOS RECORRENTES – PROCEDENTE – PROVAS QUE AUTORIZAM O ÉDITO CONDENATÓRIO – VÍTIMA QUE RECONHECEU OS RECORRIDOS COMO AUTORES DO CRIME, BEM COMO O VEÍCULO USADO POR ELES NO CRIME - COM O PARECER – RECURSO PROVIDO.

Condena-se os apelados pelos fatos descritos na denúncia se as provas indicam sua autoria, quando, em unidade de desígnios, e com uso de arma de fogo, subtraíram o veículo da vítima.

Se a vítima reconheceu os agentes nas vezes em que foi inquirida, inclusive em juízo, como sendo os que praticaram o roubo, e também reconheceu o veículo que utilizavam, e que depois foi achado em poder dos recorridos, a prova é segura para condenar.

Em sede de recurso especial, a defesa aponta ofensa aos artigos 157, § 2º,

incisos I e II, do Código Penal e artigo 386, VII, do Código de Processo Penal.

Sustenta que o acórdão impugnado não possui fundamentos concretos, pois, *"excluindo-se o reconhecimento feito pela vítima na fase inquisitorial (levado a termo sem obediência à norma processual vigente!), ao contrário do que fora argumentado, nada mais existe na fase judicial para fundamentar o decreto condenatório"* (fl. 511), razão pela qual aponta a ausência de provas da consumação do delito.

Requer o provimento do recurso especial para que, observado o princípio do *in dubio pro reo*, seja o recorrente absolvido.

A r. decisão agravada não admitiu o apelo nobre pela incidência da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça (fls. 526/528).

Contraminuta às fls. 551/554. Instado, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (fls. 563/567).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece provimento.

Como visto, a insurgência recursal cinge-se à ausência de provas para a condenação pelo delito de roubo majorado, pelo qual o ora recorrente foi denunciado, absolvido pelo Juízo singular e, após apelação do *Parquet*, condenado pelo Tribunal *a quo*, tendo em vista o reconhecimento da vítima.

De início, observa-se que o acolhimento da pretensão recursal encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ, por demandar revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que não se viabiliza em recurso especial.

Nessa linha:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO. FALTA DE PROVAS. ART. 155, 226 E 386, VII, TODOS DO CPP. VERIFICAÇÃO. DOSIMETRIA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em negativa de vigência ao art. 226 do Código de Processo Penal, pois a orientação do Tribunal a quo está em consonância com a jurisprudência desta Corte sobre o tema, no sentido de que "o reconhecimento pessoal isolado não anula o ato, sendo que a presença de outras pessoas junto ao réu é uma recomendação legal e,

não, uma exigência" (HC 41.813/GO, Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 30/5/2005).

2. Para alterar a conclusão a que chegou as instâncias ordinárias, no sentido de se verificar a inexistência de elementos de autoria e de materialidade suficientes a desconstituir o decreto condenatório, ou se houve acerto ou desacerto no estabelecimento da dosimetria da pena, demandaria, necessariamente, revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento que encontra óbice na Súmula 7/STJ, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

3. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 651.631/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. VIOLAÇÃO AO ART. 402 DO CPP. NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS PREJUÍZOS SUPOSTOS PELO RÉU. EIVA NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 83 DA SÚMULA DO STJ. [...]

DESCLASSIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. ENUNCIADO SUMULAR N.º 7/STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A pretendida desclassificação da conduta imputada ao recorrente para a infração penal de estelionato ou de furto mediante fraude é questão que demanda aprofundada análise do conjunto probatório produzido em juízo, providência vedada na via eleita. Óbice do Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.

2. Insurgência desprovida (AgRg no AREsp 959.515/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 18/11/2016).

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 386, IV, V E VII, DO CP. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E CORRUPÇÃO DE MENORES. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Tendo as instâncias ordinárias concluído pela efetiva ocorrência dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e corrupção de menores, inviável, na seara do recurso especial, infirmar tal conclusão, para concluir pela absolvição do recorrente, pois seria necessário o reexame de fatos e provas, providência incabível nesta sede. Incidência da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.724.762/AC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA,

DJe 30/5/2018).

Ademais, vale destacar que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, no crime de roubo, em geral praticado por meio da clandestinidade, a palavra da vítima tem especial valor probante, desde que corroborada por outros elementos probatórios constantes dos autos.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA. VIOLAÇÃO DO ART. 386, VII, DO CPP E DO ART. 157, § 2º, I E II, DO CP. SUPOSTA ILEGALIDADE NA CONDENAÇÃO CALCADA EM DEPOIMENTO DA VÍTIMA. IMPROCEDÊNCIA. PALAVRA DA VÍTIMA QUE OSTENTA ESPECIAL RELEVÂNCIA, MORMENTE QUANDO CORROBORADA POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. PRECEDENTES DO STJ. ARESTO IMPUGNADO QUE GUARDA PERFEITA HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. TESE DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1144160/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017).

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e das provas, ao desclassificar a conduta dos acusados pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, II, para a do 155, § 4º, IV, ambos do Código Penal, reconheceu estarem sobejamente comprovadas nos autos a materialidade e a autoria do delito.

2. Cumpre ressaltar que, nos crimes contra o patrimônio, geralmente praticados na clandestinidade, tal como ocorrido nesta hipótese, a palavra da vítima assume especial relevância, notadamente quando narra com riqueza de detalhes como ocorreu o delito, tudo de forma bastante coerente, coesa e sem contradições, máxime quando corroborado pelos demais elementos probatórios, quais sejam o reconhecimento feito pela vítima na Delegacia e os depoimentos das testemunhas colhidos em Juízo.

3. Nesse contexto, a alteração do julgado, no sentido de absolver qualquer um dos réus implicaria o reexame do material fático-probatório dos autos, não sendo o caso de mera reavaliação da prova, tal como alegam os agravantes. Assim, imperiosa a aplicação do

óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 865.331/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 17/03/2017)

Incide portanto à hipótese o enunciado de n. 83 da Súmula desta Corte Superior.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

